

4

A redemocratização portuguesa e a adoção da opção europeia

4.1. Introdução

Vimos que mesmo antes da transição política, que veremos detalhadamente neste capítulo, as políticas interna e externa de Portugal encontravam-se intimamente associadas. Na verdade, pode-se dizer que a história recente portuguesa ilustra de maneira contundente a interação entre o doméstico e o internacional. Em última instância, os custos e as implicações domésticas de uma política externa “anacrônica”, rejeitada por grande parte da sociedade portuguesa deram o impulso final para o fim de quase meio século de ditadura. Com efeito, a manutenção intransigente das colônias e o isolamento crescente de Portugal exacerbaram as insatisfações internas com o regime. Portanto, neste caso específico, a fronteira entre o doméstico e o internacional torna-se extremamente tênue, estabelecendo-se uma intensa dialética entre a dinâmica política interna e as escolhas e os objetivos da política externa do país, tanto no que diz respeito ao período que antecede a Revolução dos Cravos quanto durante toda a transição.

Por fim, cabe destacar que a transição portuguesa para a democracia consistiu em um processo complexo e conturbado, cujos agentes tinham projetos e estratégias distintas e contraditórias. Assim, mesmo após a derrubada do regime salazarista e durante toda a transição, a política externa continuará no centro das disputas e tensões entre os diversos atores políticos que emergiram logo após o fim do regime salazarista. Em função disso, torna-se necessária uma análise pormenorizada de toda a dinâmica ocorrida nestes dois momentos fundamentais da vida portuguesa, o que pretendemos fazer neste capítulo.

Durante a transição, podemos identificar três momentos distintos desta interação particular entre interno e externo (Telo, 1999). Assim, durante o

primeiro momento da transição, a política externa portuguesa tem como eixo central a questão da natureza da descolonização, ou seja, o modo através do qual esta ocorreria. Na esfera doméstica, toda a evolução política de Portugal dependia, acima de tudo, da solução das guerras coloniais, a “causa isolada principal do 25 de abril” (Telo, 1999, p. 285). De fato, a questão do tipo de regime político a ser implantado no país está intimamente ligada ao tipo de descolonização a ser levada a cabo na África, na medida em que cada um dos tipos de regime político defendidos pelos diferentes atores da transição política implicava em um tipo específico de relação com as antigas colônias. Resolvida a questão da descolonização, o que, para alguns, se deu com a celebração dos acordos de Alvor e a conclusão do processo de descolonização de Angola, o mais demorado e complexo de todos, o segundo momento da transição é marcado pela radicalização do processo de transição e pela acirrada disputa entre os atores da transição pela hegemonia política. Esta luta só vai terminar em novembro de 1975, após uma tentativa de golpe realizada pela extrema esquerda. A partir de então, a coalizão formada em torno do partido socialista e de Mário Soares ganha a hegemonia política do país e a Europa passa a ser o eixo central da política externa portuguesa, sendo a opção europeia finalmente consagrada durante o primeiro governo constitucional.

Dessa forma, este capítulo será organizado de acordo com esta divisão. No início do capítulo trataremos do momento que antecede o golpe de 25 de abril para depois tratarmos do período de transição democrática.

4.2. A crise final do Estado Novo

Como vimos, as medidas liberalizantes adotadas por Marcelo Caetano, ao contrário do esperado, apenas intensificaram as tensões e contradições no interior do regime instaurado por Salazar. De fato, conforme coloca de Souza Santos (1990), é durante o governo de Marcelo Caetano que tem início a crise definitiva do regime, que lhe daria fim. Mais especificamente, é durante este período que a organização corporativa do Estado é questionada, tendo em vista sua

incompatibilidade com a nova realidade social e econômica portuguesa. Entre as mudanças na sociedade e na economia portuguesa que contribuíram para esta incompatibilidade, o referido autor destaca o nascimento e a emergência de uma nova burguesia industrial e financeira, que viria a ameaçar o antigo equilíbrio de interesses característico do Estado salazarista. Neste momento, tem início uma verdadeira crise de hegemonia dentro do regime (Santos, 1990).

Com a necessidade de sustentar as guerras coloniais, que drenavam metade do orçamento português, o governo se vê obrigado a adotar uma nova política econômica, baseada no incentivo ao crescimento a partir da integração aos mercados externos (Maxwell, 1999; Santos, 1990). Esta nova estratégia, por seu turno, resultou na abertura sem precedentes da economia portuguesa para o capital internacional e a conseqüente retomada do processo de industrialização que, abandonando a estratégia da substituição de importações e da auto-suficiência ou autarquia tão defendida por Salazar, passava a ser pautada na integração portuguesa na economia mundial e, mais especificamente, no fortalecimento dos laços com a economia européia. Voltado para o exterior, o modelo marcelista de fomento industrial dá origem a um novo tipo de industrialização, dependente e associada aos processos de integração européia (Santos, 1990).

Ao mesmo tempo, esta nova estratégia de modernização da economia e o novo processo de industrialização que a preservação das colônias havia tornado inevitáveis dão origem a grandes grupos industriais ligados ao capital estrangeiro. Apoiados pelo Estado marcelista, estes grupos financeiros apoderam-se, gradualmente, de todos os setores da economia portuguesa, construindo uma verdadeira hegemonia econômica dentro do regime e subordinando os interesses de alguns setores da burguesia agrária (Santos, 1990, Rosas, 1998). Pode-se dizer, portanto, que este novo período da vida portuguesa assiste, para além de uma verdadeira metamorfose na economia, ao surgimento de uma nova “classe” ou de novos grupos de interesses que passam a ameaçar os interesses da tradicional burguesia agrária e o frágil equilíbrio de interesses inerente ao Estado Novo. Para estes novos grupos de interesses que surgiam,

o espaço colonial era demasiado pequeno e pouco significativo e se algum significado ainda detinha, era mais como fornecedor (por vezes só potencial) de matérias-primas do que como mercado de produtos industriais. O espaço europeu era o horizonte privilegiado de sua expansão (Santos, 1990, p. 19).

Dessa forma, esta nova fase de industrialização e modernização da economia portuguesa é marcada pela abertura ao exterior e, acima de tudo, pela dependência com relação aos novos processos de integração, sendo condicionada pela participação de Portugal na AECL e, mais tarde, pelo acordo comercial celebrado com a CEE dois anos antes da revolução, em 1972 (Rosas, 1998, p. 417). ¹Vale destacar que a CEE, conforme colocado anteriormente, passa a ser o principal parceiro comercial de Portugal a partir da década de sessenta. Trata-se de uma guinada importante na vida portuguesa, afastando-se do modelo até então predominante de isolamento, ainda que relativo, e do nacionalismo auto-suficiente pregado durante a maior parte dos quase cinquenta anos de ditadura. A partir de então, o Estado marcelista recorreu a uma ligação privilegiada com o exterior bem como ao princípio da complementariedade das economias (Rosas, 1998).

Esta metamorfose sofrida pela economia portuguesa é acompanhada por profundas transformações sociais que, para além da referida mudança na estrutura de classes provocada pela emergência de uma nova burguesia industrial, associada ao capital externo, envolvem o ressurgimento das reivindicações operárias (agora com intensidade sem precedentes durante as cinco décadas do regime) e a necessidade de se estabelecer um novo padrão de relação entre o operariado e a classe patronal. Com a instauração de um setor industrial dinâmico demandando uma maior participação e qualificação do operariado, somada ao desenvolvimento econômico e à emigração, os salários sofrem um aumento significativo, entrando em contradição direta com a arcaica tutela corporativa do trabalho, cuja função primordial era justamente a de impor e manter os salários baixos.²

¹ Com a saída da Inglaterra e da Dinamarca da AECL e sua adesão à CEE e a fim de não perder as vantagens da abertura comercial estabelecida com estes países, Portugal celebra um Acordo Comercial com a CEE em 1972, o qual entra em vigor em 1973 (Rosas, 1998; Constâncio, 2001).

² Ao mesmo tempo, para a nova elite ou patronato industrial, as relações de trabalho determinadas pelo sistema corporativo representavam um obstáculo à sua expansão e ao alargamento de sua hegemonia (Santos, 1990).

Dentro deste novo contexto, a manutenção da antiga tutela corporativa do trabalho passava a exigir um nível de repressão ainda maior do que aquele praticado até então pelo Estado salazarista. O curto período de liberalização ensaiado por Caetano veio apenas agravar este quadro, gerando “(...) uma avalanche de expectativas, de reivindicações, de desejo de mudança” (Rosas, 1998, p.489). Desse modo, o período de abertura, compreendido entre 1968 e 1969, é marcado por um movimento generalizado de greves, manifestações de rua e de reivindicações que abrangem os mais variados setores da sociedade e da economia portuguesas, incluindo os ferroviários, metalúrgicos, bancários, os empregados do comércio e etc (Rosas, 1998).

Sendo assim, diante de sua incompatibilidade com a nova realidade portuguesa, a organização corporativa da sociedade e da economia promovida sob a tutela burocrática do Estado Novo era questionada e os esforços desprendidos por Caetano a fim de legitimar seu governo pareciam não surtir qualquer efeito. Da mesma forma, o surgimento de uma nova burguesia industrial, cujos interesses entravam em contradição com os dos setores tradicionais do regime (notadamente os setores agrários), instaurava uma crise de hegemonia dentro do Estado, afetando a capacidade deste de exercer “(...) a função de arbitragem entre os diferentes interesses econômicos que era, afinal, a razão de ser do regime corporativo” (Santos, 1990, p.24).

No entanto, o alvo dos movimentos operários, das manifestações estudantis e outros movimentos sociais que emergiam durante o referido período de liberalização marcelista não se restringia aos salários, benefícios ou outros direitos trabalhistas, tendo também como causa o fim das guerras coloniais. Segundo Rosas,

(...) pelas frestas da censura, ou no já menos estreito terreno da legalidade concedida, directa ou indirectamente, em comunicados, nos jornais, em colóquios, nas cooperativas, em revistas, nos púlpitos, os católicos progressistas, os radicais, a oposição de esquerda, evoluem rapidamente, além do mais, para o ataque frontal à guerra colonial, com claros efeitos no inquietante aumento do número de refractários ao serviço militar (...) (Rosas, 1998, p. 489).

Pode-se dizer, portanto, que o projeto de liberalização de Caetano já nasce fadado ao fracasso, não somente porque pecava pela timidez das medidas adotadas, mas, primordialmente, em função do fato de se tratar de um projeto de liberalização em plena guerra. Logo no início do governo marcelista, os projetos de liberalização política e de manutenção do ‘império’ revelaram ser, conforme colocado anteriormente, excludentes. Tamanha era a associação do regime autoritário com o paradigma colonial que se tornava impossível liberalizar sem abrir mão da política colonial e, portanto, das guerras em África. Ou seja, tendo em vista que a política colonial era a prioridade do regime, e, sobretudo, uma imposição deste, o projeto de liberalização política tornou-se inviável.

Mais do que uma mera imposição da ala conservadora do regime, a manutenção das guerras coloniais transforma-se, ao final, em uma necessidade. De fato, a manutenção intransigente do império, às custas do isolamento e da reprovação internacional de Portugal, evidencia que o colonialismo não era um capricho do regime, mas, acima de tudo, uma necessidade imposta pela sobrevivência do regime. Recorrendo novamente a Santos, o colonialismo funcionava como ‘bloqueio ideológico’, transformando -se na

quinta-essência do regime, a verdadeira base material de sua reprodução ideológica. O colonialismo como que se substituíra ao corporativismo no núcleo central do regime. O corporativismo do Estado Novo, não tendo nunca passado de uma meia-realização de um meio-projeto, perdera a operacionalidade como mecanismo de engenharia social e deslizava para a bancarrota ideológica (1990, p.25-26)

Segundo o referido autor, o debate aberto no interior do regime a respeito da opção Europa ou África dividia os setores políticos da direita e da esquerda. Desse modo, para aqueles que integravam a oposição democrática ao regime, a integração europeia, simbolizada pela CEE, representava o caminho para o restabelecimento de uma ordem democrática e estável. Além disso, os membros da oposição que integravam o campo socialista, apostavam na hipótese de que a integração europeia ocorreria sob a égide socialista, o que intensificava sua oposição ao regime do Estado Novo.

Já para o setor industrial e para o capital financeiro, nitidamente pró-Europa, a manutenção do *status quo* nas colônias não era interessante. Em primeiro lugar, ao passo em que o comércio com a Europa representava metade do comércio externo português, o comércio com as colônias representava um quarto deste (Santos, 1990). Por outro lado, o fracasso da construção do chamado mercado único português, associado ao arrastar da guerra colonial, vinha a reforçar esta postura, tendo em vista que os custos tanto financeiros como humanos da guerra representavam um obstáculo ao desenvolvimento pleno da economia portuguesa, frustrando os planos de industrialização e modernização do país.³

As guerras coloniais, que de Angola se alastram para a Guiné e, depois, para Moçambique, vão adquirindo, gradualmente, proporções alarmantes, no mesmo passo em que a reprovação e o cerco internacional a Lisboa vão se acentuando (Rosas, 1998). Apesar de toda a censura e da manipulação das notícias vindas do exterior pela propaganda oficial, a população portuguesa toma conhecimento da reprovação de seu país no cenário internacional e da sua condição de nação pária na ONU (Figueiredo, 1975).

Ao mesmo tempo, a inflexão na política de liberalização adotada inicialmente por Caetano teve como um de seus principais efeitos a radicalização e reorganização da oposição, frustrando qualquer possibilidade de diálogo e conduzindo a luta contra o regime e a oposição de uma maneira geral à esquerda do espectro político. De acordo com Rosas, a partir de 1970, ano em que os ventos tornam-se definitivamente desfavoráveis ao governo de Marcello Caetano, surgem diversos grupos de esquerda, notadamente marxistas-leninistas, cuja agitação e influência sobre o movimento operário e nas universidades intensifica-se gradualmente, tomando o espaço do Partido Comunista português (1998, p. 491). Em 1973 é criado na Alemanha Ocidental o Partido Socialista português que, dirigido por Mário Soares, aproxima-se do Partido Comunista, com o qual estabelece uma plataforma unitária de ação contra o regime marcelista

³ Segundo Maxwell, “Até 1974, mais de um milhão de portugueses prestaram serviço na guerra colonial. Um em cada quatro homens adultos integrava as Forças Armadas” (1999, p.35).

(Figueiredo, 1975; Rosas, 1998).⁴ Além disso, vale ressaltar também a intensa oposição feita ao regime pelos católicos progressistas que, além de contar com o apoio a determinados grupos ou ações armadas, realizavam sua propaganda anticolonial clandestina (Rosas, 1998, p. 491). Por fim, todos estes fatores juntos fizeram com que os custos tanto internos quanto externos de preservação do regime aumentassem vertiginosamente.⁵

A radicalização da oposição e todo o desencadear de protestos, contestações e manifestações contra o regime é agravada pela deterioração da situação econômica do país, marcada pelo aumento da inflação, uma das mais altas da Europa, e pela “sangria populacional” representada pela emigração.⁶ No plano externo, a crise do petróleo de 1973 e o conseqüente aumento no preço da gasolina, das matérias-primas e dos gêneros alimentícios vieram agravar o estado da economia portuguesa. Além disso, a entrada da Grã-Bretanha para a CEE intensificou o isolamento internacional do país (Figueiredo, 1975; Rosas, 1998).

Para além de seu efeito sobre a economia portuguesa, a emigração também está - ao lado de outros fatores, como a redução do analfabetismo e um maior acesso aos meios de comunicação - na origem de mudanças sociais decisivas para os rumos que a vida portuguesa tomará a partir de então, quais sejam: as mudanças nos padrões de comportamento, de consumo, nos hábitos e na própria mentalidade portuguesa. Cabe acrescentar que, para Figueiredo, a transição entre o governo de Caetano e Salazar coincidiu com um período de mudanças rápidas na vida portuguesa causadas pelo impacto da industrialização e do envolvimento de Portugal na política europeia. Dessa forma, ainda que sob a tutela ou o domínio da censura, o contato com o “mundo ocidental”, moderno, impulsiona transformações significativas na sociedade portuguesa, que abrangem o modo de

⁴ O Partido Socialista é criado em abril de 1973 em uma reunião realizada na Alemanha Ocidental entre membros da chamada Acção Socialista (Figueiredo, 1975; Rosas, 1998). De acordo com Figueiredo, “Embora reclamando ser, como o Partido Comunista, essencialmente um partido de trabalhadores, os socialistas pretendem uma sociedade sem classes e um sistema democrático pluripartidário” (1975, p.304).

⁵ Segundo Figueiredo, a fim de manter o regime e conservar as colônias, “(...) metade de todo orçamento era absorvido pelas forças armadas e pela rede de segurança, mais do que o total atribuído para a educação, assistência social e a administração da justiça” (1975, p. 292).

⁶ Ainda segundo Maxwell, novecentos mil portugueses deixaram seu país entre 1960 e 1971. “Em 1975, cerca de 1,5 milhões de portugueses residiam no estrangeiro (...)” (Maxwell, 1999, p.39).

vestir, a música bem como as antigas convenções sociais e culturais portuguesas (Figueiredo, 1975). A classe média portuguesa, em sua maioria urbana, voltava-se para a Europa e, acima de tudo, desejava ser europeia, rejeitando o campo, o caráter e a imagem tradicional do Portugal rural que o Estado corporativo procurava cultivar e exaltar (Maxwell, 1999).

Estas mudanças rápidas na sociedade e na economia portuguesas geravam novas expectativas e desejos que não condiziam com o tipo de regime e o tipo de organização adotado pelo Estado português. De acordo com Rosas,

Num contexto geral de maior mobilidade social proporcionada pelos efeitos das correntes migratórias, da industrialização, da urbanização, dir-se-ia que os padrões de comportamento e as expectativas mudavam mais rapidamente do que a sociedade onde se expressavam. E tendiam a exercer sobre as estruturas econômicas e políticas, principalmente nos meios urbanos, uma pressão crescente e, freqüentemente, invisível – tanto mais invisível quanto menor era a liberdade de ela se ir exprimindo gradual e sectorialmente (1998, p. 448).

A intransigência do governo na rejeição a uma solução política para as guerras nas colônias mobilizava a grande maioria dos recursos públicos para os esforços militares na África, limitando cada vez mais sua capacidade de investimento social e, portanto, agravando a insatisfação da população com a manutenção, a qualquer custo, do chamado atlantismo colonial. Contudo, a consequência derradeira da manutenção do compromisso militar interminável nas colônias, e que levaria o regime ao fim, foi a fragmentação de um dos principais pilares do Estado Novo, qual seja: as forças armadas.

Quando da sucessão de Salazar por Marcello Caetano, uma vez consultadas a respeito do futuro sucessor do criador do regime, as Forças Armadas, representadas pelos defensores do atlantismo colonial, impõem como condição para sua aceitação deste, a manutenção incondicional da política de defesa da integridade do ultramar (Ferreira, 1994). No entanto, é justamente neste momento em que, sob o impacto da breve liberalização de Caetano e ainda que sob o domínio da censura, tem início o debate público acerca da manutenção da política colonial (Rosas, 1998; Ferreira, 1994). Dessa forma, começam a surgir no interior da hierarquia militar os primeiros questionamentos e interrogações a

respeito da continuação da guerra (Rosas, 1998). Na verdade, as condições impostas pelas Forças Armadas para a sucessão de Salazar por Marcello Caetano conferiam à instituição militar ou, mais especificamente, à sua ala conservadora e colonialista (os chamados “ultras”) uma imagem de unidade e poder que, diante da ausência de Salazar, não mais correspondia à realidade. Segundo Rosas,

Apesar das reservas que coloca a Caetano, a ala conservadora e colonialista do regime era, como este, uma aparência de força: desaparecida a grande sombra de Salazar, ainda lhe sobravam energias para resistir e ameaçar, mas já não tinha poder para governar (1998, p.485).

Para Ferreira, com o desaparecimento de Salazar e quando da designação de seu sucessor, instaura-se uma crise de legitimidade no interior do regime político que, por seu turno, colabora para o prolongamento das guerras coloniais. Neste momento, a legitimidade do regime é enfraquecida e mesmo as Forças Armadas não são mais as mesmas do tempo de Salazar (2001).

Contudo, na década de setenta, após dez anos de conflitos, as guerras coloniais passam a gerar uma crescente insatisfação profissional entre os escalões intermédios das Forças Armadas. Este novo elemento, resultado direto das guerras coloniais irá, a par da situação econômica e social do país, conferir a unidade necessária aos oficiais portugueses para que impusessem uma solução política para o conflito. De acordo com Porch (1977), este descontentamento gerado no seio das forças armadas constitui a condição determinante para os acontecimentos de 25 de abril de 1974, quando um golpe de Estado liderado por jovens capitães e oficiais subalternos do exército português derrubou o governo de Caetano e deu fim a quase meio século de ditadura.

A fim de suprir a carência crônica de oficiais em seus escalões intermédios provocada pela exigência dos conflitos coloniais, o governo português se vê forçado a adotar medidas drásticas no que se refere à política de recrutamento, promoção e treinamento militar. Assim, o então ministro da Defesa, Sá Viana Rebelo, faz publicar legislação (os Decretos-lei n° 353 de julho de 1973 e n° 409 de 20 de agosto do mesmo ano) que facilita o ingresso de oficiais milicianos (oficiais do quadro complementar) no quadro permanente do Exército, lhes

concedendo privilégios e gerando descontentamento entre oficiais deste último quadro. De acordo com os referidos diplomas, os capitães milicianos poderiam ingressar para o quadro permanente através de um curso intensivo ou acelerado para oficiais oferecido pela Academia Militar, enquanto que os cadetes levavam quatro anos para serem promovidos a alferes (Ferreira, 1994). Dessa forma, a referida legislação veio a criar desigualdades, privilégios e injustiças que dividiam o quadro de oficiais do exército português. Ela criava um conflito de interesses entre os oficiais de carreira, pertencentes à Academia Militar e à Academia Naval, cujas chances de progressão na carreira haviam sido prejudicadas em benefício dos oficiais milicianos, e estes últimos, mais numerosos do que os primeiros (Figueiredo, 1975; Rosas, 1998).

Em resposta e a partir da publicação desta legislação foram realizadas diversas reuniões entre os oficiais do quadro permanente, em sua maioria capitães e oficiais de patente média, que enviam uma carta de protesto contra os referidos decretos a diversas entidades do país, incluindo o presidente e o primeiro-ministro. Mesmo depois de suspensos os decretos, em outubro de 1973, as reuniões dos capitães não param e o movimento supera sua tonalidade meramente corporativa para adquirir um carácter político. O que eram reivindicações corporativas, relativas a salários, promoções e posições dentro da hierarquia militar, transforma-se em reivindicações pelo fim da guerra colonial e, finalmente, pelo fim do regime ditatorial (Ferreira, 1994).

Aos poucos, o movimento se expande, ganhando adeptos entre oficiais superiores, encontrando reflexo nas colônias, adquirindo cada vez mais força e tomando seu curso revolucionário. Ainda que formado em torno de um objetivo comum, ou seja, o golpe de Estado e o fim do regime criado por Salazar, o movimento é formado por homens de orientações políticas distintas e, muitas vezes, divergentes. Na verdade,

(...) a coligação entre eles era menos o resultado de qualquer objectivo conspiratório uniforme do que de uma convergência de ressentimentos, da perda do sentido de objectivos e do alheamento emocional e intelectual das prolongadas guerras coloniais (Maxwell, 1999, p.55).

Em fevereiro de 1974, um acontecimento veio a dar impulso adicional ao movimento, o encorajando a passar do planejamento para a ação. Foi a publicação pelo então vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general António de Spínola, do livro *Portugal e o Futuro*, em que denuncia o impasse representado pelas guerras coloniais. Mais do que isso, Spínola, que conta com o apoio do chefe do Estado-Maior, general Costa Gomes, não só afirma em seu livro a inexistência de uma solução militar para os conflitos coloniais como também declara para o mundo que a guerra está perdida.

O livro de Spínola surte dois efeitos fundamentais para a derrubada o fim da ditadura, quais sejam: ao mesmo tempo em que confere legitimidade ao Movimento dos Capitães, deslegitima as guerras coloniais e, com elas, o próprio regime político. Na verdade, este havia se transformado em sua guerra, tendo em vista a deterioração da coligação marcelista. Pouco lhe restava além da guerra, a qual estava impossibilitado de ganhar e a qual também não poderia perder (Santos, 1990).⁷

4.3. O golpe de Estado e o início da transição para a democracia

Foi dentro deste contexto que, na madrugada do dia 25 de abril de 1974, liderado pelo major Otelo Saraiva de Carvalho, o movimento dos capitães realiza, sem qualquer resistência por parte do governo, o golpe de Estado que encerra a mais antiga das ditaduras do sul da Europa. Segundo Figueiredo, em menos de vinte horas depois do início das operações, o regime de Caetano e, com ele, o cinqüentenário Estado Novo eram finalmente derrubados e o movimento dos capitães adquiria o controle completo da situação (1975, p.296).

Uma vez concretizado o golpe, o movimento dos capitães, agora denominado Movimento das Forças Armadas (MFA), tinha, segundo Figueiredo

⁷ Se, por um lado, mesmo depois da inflexão em sua estratégia de liberalização política e do endurecimento do regime, era notória a insatisfação e inquietação entre os seus setores ultradireitistas, por outro lado, o governo de Caetano não podia contar com o apoio dos setores de esquerda, isolando-se cada vez mais (Rosas, 1998).

(1975), dois objetivos primordiais: o de solucionar o problema das guerras coloniais de maneira política e pacífica através do processo de descolonização; e o de instaurar um regime democrático em Portugal, com a realização de eleições livres e o afastamento do exército da vida política do país. Assim, no dia 26 de abril, o programa político do MFA, elaborado antes do golpe pelos membros da chamada comissão política, encontrava-se afixado nas paredes das ruas de Lisboa, tomadas por multidões que davam continuidade à mobilização popular inesperadamente desencadeada pelo golpe (Maxwell, 1999). Como coloca Palácios (2001), o programa do MFA aproximava-se das reivindicações das forças políticas de oposição ao regime, estabelecendo as metas de descolonização, democratização e desenvolvimento.

A importância e o significado do programa do MFA para o processo de redemocratização português, para além de declarar os objetivos políticos do movimento, consiste no fato deste ter funcionado como um ‘quadro de referências e um calendário para a transição’ (Maxwell, 1999, p. 93). Dividido em duas fases, o programa do MFA determinava medidas a serem tomadas imediatamente após o golpe e aquelas a serem tomadas a longo prazo. Entre as primeiras estava a formação de uma Junta de Salvação Nacional, cuja função era a de desfazer o antigo regime e restaurar os direitos civis, e a constituição de um governo civil provisório, composto pelos membros dos principais grupos de oposição e cuja tarefa era a de governar o país de acordo com os preceitos democráticos e socialistas constantes do programa do movimento. Da mesma forma, cabia ao governo provisório organizar, dentro do prazo de um ano, eleições livres e diretas para a constituição de uma Assembleia Constituinte (Figueiredo, 1975; Maxwell, 1999).

Conforme previsto pelo programa, a Junta de Salvação Nacional foi constituída logo após o golpe. Tratava-se de um órgão com poderes constitucionais provisórios, cuja composição, segundo Ferreira (1994), era a consequência de um compromisso precário entre a hierarquia das Forças Armadas e o MFA. O general António de Spínola, cujo livro foi equivocadamente

associado ao movimento dos capitães e seus objetivos, foi nomeado chefe da Junta de Salvação Nacional e presidente do governo provisório (Figueiredo, 1975).⁸

Em seus primeiros decretos, a Junta de Salvação Nacional extinguiu as instituições características do antigo regime, quais sejam: a polícia política (PIDE/DGS), as instituições corporativas e as milícias paramilitares, como a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa. Ao mesmo tempo, era levado a cabo o chamado saneamento, ou seja, o afastamento dos responsáveis políticos e membros do alto escalão administrativo do regime (Palácios, 2001).

Da mesma forma, enquanto uma arquitetura institucional provisória ia se formando, assiste-se ao nascimento e proliferação dos partidos políticos, banidos durante a ditadura salazarista. Alguns deles, notadamente, o Partido Comunista, principal força de oposição ao Estado Novo, emergiam da clandestinidade (Ferreira, 1994; Palacios, 2001). Assim, apesar do programa do MFA não fazer qualquer referência aos partidos políticos, estes são consagrados logo no início da transição através sua participação no I Governo Provisório.⁹ De acordo com Ferreira (1994), a formação de um governo provisório de base partidária foi fundamental para a caracterização pluripartidária do novo regime político que começava a nascer.

De certa forma, o nascimento dos partidos e a própria constituição das instituições responsáveis pela transição política ocorreram simultaneamente. Pode-se dizer, portanto, que desde o primeiro momento da transição, os partidos políticos ganham legitimidade como uma das principais instituições responsáveis

⁸ Apesar de a participação de Spínola no golpe ter se reduzido à sua aparição na rendição de Marcello Caetano, que concordou em render-se apenas para o general, seu papel na derrubada do regime ditatorial foi superestimado, em detrimento dos verdadeiros responsáveis pelo golpe: os capitães. Como consequência, o livro de Spínola era tido por muitos como o verdadeiro programa da transição, ao passo em que o programa do MFA, apesar de promulgado como Constituição transitória, era pouco discutido (Maxwell, 1999). Na verdade, alçado à condição de liderança e uma das principais figuras no fim da ditadura em função da publicação, antes do golpe, de *Portugal e o Futuro*, Spínola não partilhava das idéias e objetivos daqueles que realmente fizeram o golpe, o que ficaria claro durante a transição.

⁹ O I Governo Provisório é formado pelo Partido Comunista, pelo Partido Socialista, pelo Partido Popular Democrático e pelo Movimento Democrático Português. Estes quatro partidos, dotados de pesos diferentes, vão participar dos diferentes governos provisórios que existiram durante a transição. Contudo, a partir do segundo governo provisório, estes terão que dividir algumas pastas ministeriais com oficiais do MFA (Palacios, 2001).

pela condução do processo político português de restauração da democracia (Ferreira, 1994).

Paralelamente à formação de uma arquitetura institucional provisória e ao surgimento de diversos partidos políticos, a mobilização popular iniciada pelo golpe dos capitães se propagava para todos os setores da sociedade portuguesa. Em cada um desses setores, a mobilização ganha significados, reivindicações e trajetórias distintas (Palacios, 2001). Estas manifestações populares que tomaram conta de todo o país foram acompanhadas por iniciativas e ações políticas por parte da oposição reunida em torno da Comissão Democrática Eleitoral (CDE), uma coligação de forças antifascistas formada por comunistas, socialistas e outras coligações de esquerda. Aproveitando a mobilização popular desencadeada pelo dia do trabalhador, estas ações que, à sombra da CDE, eram dirigidas pelo Partido Comunista, tinham como objetivo a tomada do poder e da administração locais, concretizando-se na ocupação de câmaras municipais, de juntas de freguesia e casas do povo (Ferreira, 1994). Conforme coloca Maxwell, a abertura política ocorrida imediatamente após o golpe e reforçada pela intensidade da mobilização popular trouxe vantagens significativas aos comunistas, tendo em vista que o partido comunista era o único partido político que contava com uma organização sólida após o golpe (1999). Assim, enquanto outras facções ou movimentos políticos ainda encontravam-se em fase de constituição e consolidação, o partido comunista aproveitava-se de sua vantagem organizacional para conquistar posições-chave na nova organização política e administrativa do país, principalmente nos sindicatos e municípios (Maxwell, 1999).

Logo na vigência do primeiro governo provisório se manifestam as divergências e rivalidades entre os diversos agentes políticos da transição no que diz respeito a aspectos cruciais para a construção do novo regime político português. As rivalidades mais profundas são aquelas travadas entre o general Spínola e as forças políticas de esquerda, notadamente o Partido Comunista e o MFA. No centro destas divergências encontra-se a nova organização política do país e, principalmente, a questão da descolonização (Ferreira, 1994).

Enquanto Spínola defendia a constituição de uma federação de Estados entre Portugal e os territórios ultramarinos, o MFA era enfático em sua defesa da retirada imediata das tropas portuguesas da África e o conseqüente fim dos esforços de guerra (Ferreira, 1994; Maxwell, 1999). No início do primeiro governo provisório, o MFA conseguiu impor sua posição e o processo de descolonização teve início com a Lei 7/74 de 26 de julho, que reconhece o direito à autodeterminação e à independência dos povos sob administração portuguesa, e com os acordos que finalmente concedem independência à República da Guiné-Bissau e o acordo de Lusaca, referente à independência da República Popular de Moçambique (Ferreira, 1994).¹⁰

Em especial, os antagonismos e as desavenças entre Spínola e o Partido Comunista eram insanáveis, e só poderiam ser resolvidas com a vitória de um sobre o outro. Spínola representava os grandes interesses monopolistas, dos impérios controlados pela oligarquia portuguesa, ou seja, os grandes interesses econômicos que o Partido Comunista pretendia expurgar da sociedade portuguesa (Maxwell, 1999). Dessa forma, o regime defendido por Spínola entrava, necessariamente, em contradição com aquele que os comunistas desejavam ver implantado em Portugal.

4.4. A radicalização do processo de transição

Esta incompatibilidade entre os objetivos de Spínola e os do Partido Comunista teve como conseqüência a aproximação entre este e o MFA. Assim, quando, em setembro de 1974, Spínola, contando com o apoio da oligarquia financeira, convoca uma manifestação de apoio em favor da “maioria silenciosa” a fim de neutralizar e reduzir a influência do MFA no governo, o Partido Comunista atua como uma importante base de apoio àquele (Maxwell, 1999). Contando com o apoio do Partido Comunista e dos socialistas, o MFA consegue

¹⁰ As rivalidades entre o general Spínola e os oficiais do MFA intensificaram-se sobretudo no que diz respeito ao processo de descolonização de Angola, o qual o general decide conduzir pessoalmente. Na verdade, Spínola procurava reduzir a influência do MFA tanto sobre o processo de descolonização quanto sobre o próprio processo de transição política.

frustrar a manifestação arquitetada por Spínola, que, sem o apoio dos principais órgãos do governo, se vê forçado a renunciar em 30 de setembro de 1974 (Ferreira, 1994; Maxwell, 1999).¹¹

Dessa forma, a renúncia de Spínola marca um dos momentos cruciais da transição democrática portuguesa. Por um lado, ela representou a vitória do MFA sobre a antiga hierarquia militar, reforçando seu papel no processo de transição. A partir de então, com a ajuda dos partidos políticos de esquerda, notadamente, o Partido Comunista, o MFA ganha legitimidade como uma força política sólida, transformando-se no verdadeiro *locus* do poder em Portugal (Porch, 1977; Maxwell, 1999).

De fato, a renúncia de Spínola inaugurou uma nova fase da transição. Por um lado, ela implicou no enfraquecimento das forças políticas conservadoras ou centristas, provocando uma mudança profunda no equilíbrio de poder entre os atores da transição (Harvey, 1978; Maxwell, 1999). Por outro lado, ao mesmo tempo em que conduzia o espectro político na metrópole para a esquerda, a renúncia de Spínola significou, no plano externo, a condução das colônias à independência.

Do mesmo modo, a saída de Spínola da cena política representou a vitória daqueles oficiais do MFA que defendiam a permanência das Forças Armadas na vida política do país, bem como a formação de um regime socialista. A partir de então, as rivalidades dentro do MFA se intensificaram, e aqueles oficiais próximos ao partido comunista passaram a controlar o processo de transição (Porch, 1977). Contudo, a retirada de Spínola e dos interesses que representava da arena política, também deu início a uma áspera “luta institucional” entre os partidos políticos e entre estes e o MFA (Ferreira, 1994).

¹¹ Sem contar com o apoio dos principais órgãos de Estado criados após o golpe, como a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado, Spínola também não pode contar com o apoio das forças conservadoras portuguesas, considerando que estas o olhavam com desconfiança em função de seu papel no golpe de Estado de 25 de abril. Ao mesmo tempo, a solução defendida por Spínola para o problema das colônias, qual seja: a formação de uma Federação Lusitana, não gozava de unanimidade mesmo entre os círculos conservadores, que encontravam-se divididos com relação a esta questão, sendo forte a coligação de interesses que defendiam a descolonização rápida (Maxwell, 1999, p.108-109).

Em março de 1975, após uma tentativa frustrada de golpe “anticomunista” ensaiada pelo general Spínola, o MFA, visando a consolidar o seu poder, passa por um processo de institucionalização.¹² De certa forma, o golpe de Spínola reforçou a tese daqueles que defendiam a permanência das forças armadas na arena política portuguesa que, por sua vez, exigia a institucionalização do movimento (Porch, 1977). Assim, toda a estrutura de poder criada logo após o golpe – a Junta de Salvação Nacional, o Conselho dos Vinte e a Comissão Coordenadora do MFA - é substituída pelo Conselho da Revolução, que passa a ser a autoridade suprema do Estado e o principal responsável pela elaboração das políticas públicas (Harvey, 1978). Também foi criada a Assembléia do MFA, que passou a acumular funções executivas e legislativas, assumindo tarefas destinadas à futura Assembléia Legislativa. Além disso, a tentativa de golpe de Spínola provocou a radicalização do MFA, que procede a um verdadeiro “saneamento”, expulsando seus integrantes mais moderados e prendendo membros da antiga oligarquia do regime salazarista (Maxwell, 1999).

As primeiras medidas adotadas pelas novas instituições do movimento foram a nacionalização dos bancos e das companhias de seguro. Ao mesmo tempo, o Conselho da Revolução anuncia medidas de expropriação de terras para breve, o que, ao lado das referidas nacionalizações, atinge em cheio as principais bases de apoio do antigo regime. As nacionalizações, em especial, colocaram nas mãos do Estado, então sob o comando do MFA, os principais setores da economia portuguesa, até então controlados pelos bancos e companhias de seguros pertencentes a algumas das famílias mais influentes do Portugal do antigo regime (Maxwell, 1999; Rosas, 1994). Da mesma forma, considerando os estreitos laços entre o capital financeiro e o capital industrial, grande parte da indústria privada portuguesa também passou para as mãos do Estado (Mailler, 1977; Maxwell, 1999).

¹² Em 11 de março de 1975, o general Spínola lidera uma tentativa de contra-golpe, de caráter anticomunista, provocando a radicalização do MFA (Magone, 1997). Logo após a tentativa de golpe, Spínola foi para a Espanha, de onde partiu para o exílio no Brasil (Figueiredo, 1975). Entretanto, de acordo com Maxwell, mesmo no exílio o general continuou a influenciar alguns grupos políticos em Portugal, notadamente, no norte conservador. Assim, no chamado “verão quente” de 1975, quando da mobilização popular no norte como reação à ocupação de terras no Alentejo, foram formadas “redes clandestinas” ligadas à Spínola nas províncias do norte (Maxwell, 1999, p. 141).

Dessa forma, nesse momento da transição, Portugal passa a ser governado por uma minoria militar de esquerda, os chamados radicais do MFA, que, contando com o apoio comunista, esperava conduzir o país rumo ao socialismo (Harvey, 1978; Maxwell, 1999). Ainda que mantendo seu caráter pluripartidário, contando com ministros do Partido Socialista e do Partido Popular Democrático, formado por membros do antigo partido liberal sob o governo de Caetano, o segundo governo provisório era marcado pela proeminência dos oficiais próximos ao partido comunista, incluindo o então primeiro ministro Vasco Gonçalves (Harvey, 1978, Maxwell, 1999).

O partido socialista, tendo em vista a desorganização e o descrédito daqueles partidos políticos à sua direita ou considerados de centro, teve sua base de apoio acrescida por grupos de diferentes convicções políticas, social-democratas, católicos progressistas e mesmo aqueles que, apesar de não partilhar de todas as idéias socialistas, desejavam contrabalançar a influência comunista dentro do governo militar (Porch, 1977). Ao mesmo tempo, o partido passou a contar com antigos oponentes do regime salazarista que não se identificavam com as idéias do partido comunista (Harvey, 1978).¹³ Após cinquenta anos de uma ditadura dotada de uma forte tonalidade católica, o anticomunismo ainda contava com muitos adeptos em Portugal e, apesar da moderação em suas ações, o partido comunista ainda encontrava intensa resistência entre a população, principalmente no norte do país (Harvey, 1978).

Sendo assim, as eleições para a Assembléia Constituinte, realizadas em abril de 1975, confirmaram, para o descontentamento da esquerda radical, a popularidade do partido socialista, que obteve a maioria dos votos, tornando-se um dos principais responsáveis pela elaboração da nova Constituição (Maxwell, 1999).¹⁴ Por outro lado, as eleições vieram confirmar a vitória daqueles partidos considerados moderados sob um governo militar marcado pelo radicalismo

¹³ Além disso, após a revolução, aqueles que não se identificassem ou se opusessem às idéias socialistas eram considerados fascistas e, portanto, poucos tinham coragem de defender as antigas idéias conservadoras ou de direita associadas ao antigo regime. Por isso, o partido comunista e, principalmente, o partido socialista, se beneficiou com a ausência de rivais à direita do espectro político, contando com uma base de apoio marcada pela heterogeneidade (Porch, 1977, Harvey, 1978).

apoiado pelo Partido Comunista. Na verdade, este resultado revelava as contradições na condução do processo de transição democrática, criando, ainda de acordo com Maxwell, “(...) fontes relevantes, e em potencial conflito, de poder e legitimidade” (1999, p. 135).

Em 1975, as agitações e mobilizações sociais desencadeadas pelo golpe de 25 de abril atingiam o seu ápice, adquirindo um caráter revolucionário e dando origem a uma diversidade de “órgãos de poder popular” cujas reivindicações refletem a heterogeneidade de interesses que toma conta de Portugal depois do golpe. Além disso, a proliferação destes diversos centros de poder popular entra em contradição com a centralização do poder e autoridade incorporada e defendida pelo MFA, responsável pela condução da transição política e pela implantação de um regime democrático em Portugal (Ferreira, 1994).

Em janeiro de 1975, socialistas e comunistas entraram em desacordo com relação à organização sindical do país. Os comunistas, ao contrário dos socialistas e dos outros partidos políticos, defendiam a “unicidade”, ou seja, o estabelecimento de um sindicato único sob o argumento de que a existência de vários sindicatos iria provocar a divisão da classe trabalhadora (Porch, 1977). Para os socialistas, a unicidade representava um retrocesso, aproximando-se do Estado unipartidário característico do salazarismo. Para Mailer, estas divergências entre socialistas e comunistas refletiam, na verdade, diferentes visões a respeito do futuro de Portugal. Desse modo, ao passo em que os comunistas defendiam um “capitalismo de Estado”, os socialistas defendiam um a economia mista (Mailer, 1977, p.172). A partir de então as divergências entre os dois partidos foram se acentuando, provocando a fragmentação da esquerda e do próprio MFA, instigando a rivalidade entre este e os partidos políticos e dividindo todo o país.

Com o golpe frustrado de Spínola, a radicalização do MFA, as nacionalizações e expropriações de terras e a intensificação dos movimentos populares, a instabilidade política que tomava conta do país se agravou, ganhando contornos de uma guerra civil iminente (Maxwell, 1999). Ao mesmo tempo, a

¹⁴ De acordo com Maxwell (1999), o Partido Socialista obteve 37,9% dos votos.

sucessão infindável de governos provisórios e as sucessivas crises políticas e militares contribuía para a instabilidade da transição. Tanto os políticos quanto os militares começavam a perder o controle dos acontecimentos em Portugal, principalmente a partir do desafio representado pelo surgimento de outros centros ou formas de organização do poder popular, como as comissões de moradores, as comissões de trabalhadores, e as Comissões de Agricultores Portugueses (CAP), criadas no norte do país através da mobilização dos pequenos proprietários (Maxwell, 1999). Na verdade, nenhum centro de poder era forte o suficiente para se impor sobre os demais e tirar vantagem das incertezas da transição (Magone, 1997).

Paralelamente à fragmentação da esquerda e da crescente rivalidade entre o partido comunista e o partido socialista, o próprio Movimento das Forças Armadas se dividia em diversas facções que se identificavam com diferentes orientações políticas de esquerda e, primordialmente, divergiam tanto quanto à natureza do novo regime político a ser implantado em Portugal. A radicalização e a fragmentação do movimento trouxeram a indisciplina e muitas unidades do exército mergulharam no caos, perdendo sua operacionalidade e eficiência.¹⁵ Além disso, o apoio do partido comunista às invasões e ocupações de terras no sul bem como a outras ações como a invasão da rádio católica Renascença e o ataque ao jornal República trouxe repercussões negativas não só para os comunistas como para o MFA, principalmente entre a população do norte do país. Muitos oficiais também reprovaram estas ações e o grupo próximo ao general Gonçalves e ao partido comunista foi sendo cada vez mais isolado (Maxwell, 1999). Com o surgimento de outros grupos de extrema esquerda, alguns opostos aos comunistas, a fragmentação e os conflitos no interior do movimento aumentaram.¹⁶

¹⁵ Alguns oficiais chegam a formar grupos ou movimentos insubordinados ou “independentes” do comando das forças armadas. O mais conhecidos deles foi o Soldados Unidos Venceremos (SUV) um grupo formado por oficiais radicais próximos ao major Otelo Saraiva de Carvalho, figuras-chave na queda de Spínola em setembro de 1974 e comandante do COPCON (Comando Operacional do Continente), estrutura de comando criada pelo MFA a fim de consolidar sua autoridade militar (Harvey, 1978; Maxwell, 1999). Otelo Saraiva de Carvalho foi um dos principais líderes e estrategistas do golpe de 25 de abril (Ferreira, 1994; Maxwell, 1999).

¹⁶ Para alguns destes grupos de extrema-esquerda, segundo Maxwell, os comunistas eram um “instrumento do fascismo escondido atrás da fachada do socialismo” (1999, p. 159). A partir da

Com o isolamento do partido comunista no país e de seus simpatizantes no interior do MFA, foi formada uma aliança em torno dos socialistas e seu líder, Mário Soares, que haviam se retirado do quarto governo provisório, em meados de 1975. Os socialistas souberam explorar os acontecimentos internos e, principalmente, as convulsões que tomaram conta do país a partir de 1975 para arrebanhar o apoio externo, principalmente dos países da Europa ocidental, que começavam a se preocupar com o destino da situação portuguesa. Mesmo no âmbito doméstico, os acontecimentos no sul do país também favoreceram o partido socialista, que pôde mobilizar uma parte considerável da população portuguesa em seu favor quando da sua retirada do quarto governo provisório. Desse modo, em agosto foram realizadas manifestações populares com o apoio dos socialistas contra a nomeação de comunistas como membros do quinto governo provisório (Maxwell, 1999).¹⁷

Às convulsões sociais e políticas, acrescenta-se o agravamento da situação da economia portuguesa. A fragilidade da economia do país que, além dos problemas estruturais crônicos, como a dependência e vulnerabilidade a fatores externos, foi intensificada pelos custos das guerras coloniais, se agravava com a instabilidade e crises trazidas pela transição. A queda nos investimentos externos e no turismo, a retirada de algumas empresas estrangeiras do país, atraídas durante o antigo regime pelos baixos salários permitidos pela ausência de qualquer organização sindical, vieram a agravar a crise econômica pela qual o país passava antes mesmo do golpe de 25 de abril (Harvey, 1978; Porch, 1977; Maxwell, 1999). Além disso, a crise do petróleo e a recessão mundial que a seguiu também contribuíram para a deterioração da situação econômica portuguesa (Maxwell, 1999).

De fato, os meses que vão de março de 1975 à novembro do mesmo ano revelaram-se cruciais para o desenrolar da revolução e o destino de Portugal,

segunda metade de 1975, estes grupos da esquerda radical começam a ganhar seguidores entre os oficiais do MFA, enfraquecendo a base de apoio do partido comunista dentro do movimento.

¹⁷ No norte e no centro do país, assustadas com as ocupações de terras do sul e incentivadas pela Igreja, multidões queimaram e saquearam diversas sedes do partido comunista, os expulsando da região. A medida em que no sul as ocupações continuavam, a violência anticomunista crescia no sul (Harvey, 1978; Maxwell, 1999).

marcados pela precariedade econômica, intensificação das clivagens regionais e das forças sociais do país; fragmentação da esquerda e crescente disputa entre socialistas e comunistas; fragmentação do próprio MFA entre as diversas tendências de esquerda; e pela reação violenta das forças conservadoras do norte. Com a saída do general Vasco Gonçalves do cargo de primeiro ministro do país e a conseqüente saída dos comunistas do quinto governo provisório a situação chega a seu ponto mais crítico. O partido comunista entra em oposição direta contra o sexto governo provisório, formado por socialistas, social-democratas e por alguns membros do MFA (Maxwell, 1999).

O desfecho veio em novembro de 1975, quando uma tentativa de golpe realizada por militares de extrema esquerda, pertencentes ao corpo de pára-quedistas, foi frustrada pelas tropas do coronel Ramalho Eanes. A partir de então, a vida política do país foi normalizada e teve início a institucionalização de um regime democrático no país (Harvey, 1978; McDonald, 1993; Magone, 1997; Maxwell, 1999).

Em abril de 1976 foram realizadas as eleições parlamentares, que, confirmando a tendência das eleições realizadas um ano antes, as primeiras eleições livres do país, conferiram a maioria dos votos (35%) para o partido socialista. Portanto, este emerge como elemento crucial para o equilíbrio político do país (Maxwell, 1999, p.183). Entretanto, conforme coloca Harvey (1978), os resultados das eleições também confirmaram um sistema multipardário em que nenhum dos partidos políticos conseguiu alcançar a maioria absoluta no parlamento. Em junho do mesmo o coronel Ramalho Eanes, responsável pelo fracasso da tentativa de golpe de novembro de 1975 foi eleito o primeiro Presidente do período constitucional (Harvey, 1978; McDonald, 1993).¹⁸ Seu primeiro ato como Presidente da República foi a nomeação de Mário Soares como primeiro ministro do país, em 16 de julho do mesmo ano (Harvey, 1978).

¹⁸ Em pacto celebrado em fevereiro de 1976 entre os partidos políticos e o MFA, ao qual fazemos referência mais adiante, ficou estipulado que o próximo Presidente da República, a ser eleito através do voto universal e direto, não seria um político civil, mas sim um militar (Harvey, 1978; Maxwell, 1999).

A nova Constituição da República, aprovada pela Assembléia Constituinte em abril de 1976, refletia a nova correlação de forças alcançada a partir da derrota dos radicais em novembro de 1975. Assim, o texto da Constituição foi condicionado, conforme coloca Maxwell, foi condicionado pelos dois pactos assinados pelos partidos políticos e o MFA durante o período de transição. O primeiro deles, mencionado anteriormente, assinado em abril de 1975 logo após a tentativa de golpe liderada por Spínola, concedia amplos poderes ao Conselho da Revolução; enquanto que o segundo, assinado em fevereiro de 1976, implementou algumas mudanças nestes poderes, impondo, no entanto, sérios limites àqueles futuros governos que pretendessem desviar o país de seu futuro e aspirações socialistas. Assim, a nova Constituição mantinha o Conselho da Revolução como um órgão consultivo da presidência, e, em seu artigo segundo, empenhava Portugal no caminho para o socialismo através, entre outras medidas, da coletivização dos meios de produção. Além disso, as nacionalizações e as expropriações de terras foram declaradas, conforme coloca Maxwell, “irreversíveis” (1999, p. 180).

4.5. A política externa portuguesa após a Revolução dos Cravos

A grande questão da política externa portuguesa logo após o golpe de 25 de abril dizia respeito à natureza da descolonização em África. Com efeito, neste primeiro momento, o conteúdo da política externa portuguesa não poderia ser outro, já que a escolha e a natureza do novo regime político a ser construído na metrópole estava intimamente ligada à natureza e o tipo de descolonização a ser conduzida na África (Ferreira, 1994; Maxwell, 1999). Ao mesmo tempo, a questão africana, como era chamado o debate em torno da descolonização, estava no centro dos problemas portugueses bem como na origem do golpe de 25 de abril. Assim, os destinos da transição e da descolonização estavam atados um ao outro, e cada acontecimento e crise política ocorrida em Portugal durante o chamado período revolucionário tinha repercussão direta nas colônias e vice-versa.

Uma vez derrubado o regime de Marcello Caetano, a ambigüidade do programa do MFA com relação à descolonização e ao destino político da metrópole dá vazão a diversas interpretações e surgem profundas divergências entre o MFA e o general Spínola quanto ao futuro de Portugal e das colônias. O problema passa a ser a quem cabia interpretar o programa e como interpretá-lo (Maxwell, 1999). Enquanto o general Spínola, então presidente do primeiro governo provisório, defendia a solução preconizada em seu livro para as guerras coloniais, qual seja: a formação de uma federação de Estados lusitanos, com o estabelecimento de um calendário para a descolonização com duração de “uma geração”; o MFA defendia a descolonização imediata e o fim das guerras na África (Maxwell, 1999; Ferreira, 1994). Conforme coloca Maxwell,

(...) a manutenção de Moçambique e Angola como colônias, mesmo por pouco tempo, implicava continuar a guerra a que o MFA queria pôr fim através do golpe. Muitos oficiais que tinham combatido em África opunham-se por completo a uma solução que mudasse apenas os termos do jogo. Não acreditavam que Portugal tirasse benefícios da permanência nos territórios africanos. Nem pensavam que, mesmo no clima internacional mais favorável que se seguiu ao golpe, as Forças Armadas portuguesas conseguissem manter a capacidade de acção necessária para fazer funcionar o modelo de Spínola (1999, p. 117).¹⁹

Ao contrário, a experiência dos oficiais na África, o ressentimento com as guerras coloniais e o contato com os movimentos de libertação contribuía para a visão dos oficiais a respeito do problema das colônias e sua defesa da necessidade de se encontrar uma solução política para o processo de descolonização (Maxwell, 1999).²⁰ E esta solução política, por seu turno, consistia em muito mais do que a mera concessão de autonomia às colônias e o pertencimento a uma Federação Lusitana. Com o desenrolar dos acontecimentos na metrópole e, principalmente, a partir das divergências entre Spínola e o MFA e a aproximação deste ao Partido Comunista e sua ascensão como principal força política entre meados de 1974 e início de 1975, a solução política foi consolidada, acelerando o processo de descolonização.

¹⁹ Em 24 de setembro de 1973, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) havia proclamado, no território controlado pela guerrilha, a República da Guiné-Bissau, reconhecida oficialmente menos de um mês depois, a 10 de outubro do mesmo ano, por cinquenta e quatro nações (Maxwell, 1999).

Além disso, a solução da descolonização imediata contava com um amplo apoio por parte da população portuguesa, que via na manutenção das guerras na África como um empecilho à melhoria das suas condições de vida e, principalmente, à sua elevação aos padrões europeus. Portanto, a visão de Spínola a respeito da construção de uma comunidade lusitana era totalmente inadequada à nova realidade social e econômica portuguesa (Maxwell, 1999). O crescimento econômico experimentado pelo país nos anos sessenta e início dos anos setenta trouxe consigo mudanças sociais profundas, como a modernização, a urbanização, a redução do analfabetismo e o crescimento de uma classe média que, apesar da censura, estava sintonizada com o padrão e os estilos de vida europeu e americano. Acima de tudo, as mudanças econômicas e sociais produzidas a partir da década de setenta produziram entre a população portuguesa o desejo de ser européia, o que implicava em gozar da liberdade e, portanto, da democracia característica dos países da Europa ocidental (Wiarda, 2001). Assim, a permanência do compromisso militar interminável nas colônias representava um retrocesso, um resquício do antigo regime, do qual a população havia se distanciado mesmo antes do golpe em função das referidas mudanças.

Mesmo entre os setores mais conservadores da sociedade portuguesa, a questão africana provocava profundas clivagens, o que contribuiu para o enfraquecimento da posição de Spínola desde o início da transição (Maxwell, 1999). Dessa forma, o dilema africano que dividia os autores do golpe de 1974 também dava origem a um conflito entre os setores conservadores da sociedade, mais especificamente, no seio dos grandes monopólios que controlavam a economia portuguesa, ou seja, entre aqueles segmentos que dominavam o mercado interno e o mercado africano. Ainda de acordo com Maxwell, trava-se uma disputa entre aqueles setores que “(...) preferiam o desenvolvimento interno numa linha européia e aqueles que queriam desenvolver a riqueza africana de Portugal” (1999, p. 44). Para os primeiros, o protecionismo e as restrições quase mercantilistas do Estado corporativo construído por Salazar haviam se transformado em obstáculo ao seu pleno desenvolvimento, enquanto que para aqueles que se beneficiavam dos negócios nas colônias, alguns ligados a

interesses estrangeiros, o ‘isolamento’ do Estado Novo representava uma proteção.²¹

Principalmente a partir da década de sessenta e, em grande parte, a partir do impulso industrialista de Marcello Caetano, que provocou a procura pelos mercados externos, a tensão entre estas duas ‘linhas de pensamento’ ou estratégias, conforme dito anteriormente neste capítulo, vinha se intensificando (Rosas, 1998; Maxwell, 1999). Segundo Macedo (1984), a partir deste período, Portugal estabelece uma relação de interdependência com a economia europeia, consolidada através do acordo assinado com a CEE em 1972 e que trouxe benefícios para a economia portuguesa. Surgem, deste modo, dois grupos de pressão que defendem estratégias e futuros completamente distintos tanto para a metrópole quanto para as colônias em África (Rosas, 1998; Maxwell, 1999). Mais do que isso, estes grupos de pressão defendem políticas externas diferentes para Portugal, ou seja, duas opções de política externa irreconciliáveis e excludentes.

Contudo, logo após o golpe, estas forças conservadoras, surpreendidas com a súbita derrubada do governo marcelista e divididas entre duas visões do futuro, encontravam-se desarticuladas. Em algumas partes das colônias o cessar fogo foi imediato e, apesar da defesa de Spínola da Federação Lusitana, o MFA impôs-se e o processo de descolonização teve início (Maxwell, 1999). De acordo com Ferreira (1994), a ascensão do MFA como um dos principais agentes políticos do chamado período constitucional, que vai desde o golpe de 25 de abril de 1974 até a promulgação da nova Constituição portuguesa, em abril de 1976, está intimamente relacionada à questão colonial.

Com a saída de Spínola da cena política portuguesa e, principalmente, com a radicalização do MFA e sua aproximação ao partido comunista, a tese da

²¹ Com a abertura para o capital estrangeiro, implementada por Caetano e imposta pela necessidade de se financiar as guerras coloniais, muitos grupos econômicos portugueses, agora associados ao capital estrangeiro, implementaram e desenvolveram nas colônias, conforme coloca Rosas, uma ampla rede de interesses econômicos que abrangia atividades produtivas primordiais, como o transporte marítimo e o comércio interno e externo. Estes grupos exerciam fortes pressões

manutenção disfarçada das colônias através da construção de uma suposta comunidade lusitana perde seu porta-voz dentro do processo de transição, sendo finalmente derrotada. No entanto, o enfraquecimento da defesa da Federação Lusitana não significou o predomínio da opção europeia. A ascensão do partido comunista, a partir do final de 1974, através de sua aliança com o MFA, como um agente político importante do processo de transição, as convulsões sociais e sucessivas crises políticas que se seguiram trouxeram à tona uma pressão ideológica de cunho “antiocidental” (Macedo, 1984).

Tendo vivido a maior parte de sua existência, desde a sua fundação em 1921, sob a clandestinidade, o partido comunista português, ao contrário dos demais partidos comunistas da Europa ocidental, mantinha ligações estreitas com os países do leste europeu e, sobretudo, com a União Soviética, de quem recebia apoio financeiro e político.²² Tratava-se de um partido comunista “clássico”, cuja disciplina rígida e obediência cega às diretrizes do partido comunista soviético impediam qualquer aproximação com os países da Europa ocidental (Maxwell, 1999; Teles, 2001). Segundo Teles (2001), este caráter específico do PCP impossibilitava, de certo modo, sua capacidade de intervenção ou participação na elaboração da política externa de um Estado cujo regime político caracterizava-se por sua natureza pluripartidária, nos moldes dos regimes políticos dos demais países da Europa Ocidental.

No entanto, não se pode identificar uma única estratégia política por parte do PCP ao longo da transição democrática. Ao contrário, o partido adota posturas distintas ao longo deste período. Dessa forma, no primeiro momento da transição, o PCP e a esquerda portuguesa de um modo geral são fortemente influenciados pela experiência do Chile, onde, em 1973, um violento golpe militar havia

sobre o governo para “agüentar a África portuguesa”, funcionando como um contrapeso ideológico à chamada corrente europeísta (Maxwell, 1999; Rosas, 1998).

²² O líder do PCP, Álvaro Cunhal, havia passado onze anos na prisão e, em 1962, partiu para o exílio na Tchecoslováquia (Figueiredo, 1975; Harvey, 1978; Maxwell, 1999). Cinco dias após a Revolução dos Cravos, em 30 de abril de 1974, Cunhal voltou para Portugal, sendo recebido no aeroporto por uma multidão. Segundo Harvey (1978), ao contrário de seu colega espanhol, o comunista Santiago Carrillo, Cunhal aprovou a invasão da Tchecoslováquia pela URSS, ocorrida em 1968.

derrubado o governo de esquerda do presidente Salvador Allende (Maxwell, 1999). Para Maxwell,

A experiência chilena pareceu confirmar a antiga intenção dos comunistas de dirigirem o ataque principal contra aquilo que consideravam os dois pilares do velho regime – os latifundiários e os cartéis oligárquicos – e de o fazer através do estabelecimento de uma aliança com as classes médias urbanas e rurais (1999, p. 95).

Assim, logo após o golpe, no período inicial da transição, o PCP adota uma postura moderada e cautelosa, a fim de angariar a simpatia e o apoio da classe média (Maxwell, 1999). Porém, a partir da renúncia e, principalmente, da tentativa de golpe pelo general Spínola, em março de 1975, a estratégia moderada do partido comunista sofre uma inflexão radical (Ferreira, 1994). Este segundo momento do PCP dentro da transição democrática é marcado pela realização do VII Congresso Extraordinário do partido, realizado em 20 de outubro de 1974, pouco menos de um mês após a renúncia de Spínola. Segundo Ferreira,

(...) podemos situar a viragem tática do PCP, no sentido de uma acção orientada para a tomada revolucionária do poder, exactamente na seqüência deste congresso, contrastando até com as atitudes que esse partido havia tomado, entre Maio e Julho, de crítica sistemática à onda de reivindicações que se instalara no país (1994, p. 256).

A partir de então, a estratégia do partido é caracterizada pela tomada das estruturas locais de poder, pelo controle dos órgãos de comunicação social, da mídia e, principalmente, dos sindicatos (Ferreira, 1994; Harvey, 1978). Sobretudo o período compreendido entre março de 1975 (a renúncia de Spínola) e a tentativa final de golpe pelos grupos da esquerda radical, em novembro do mesmo ano, é marcado pela radicalização do partido, então aliado privilegiado do MFA (Ferreira, 1994; Maxwell, 1999). Durante este período, os outros partidos comunistas da Europa ocidental, principalmente os partidos comunistas espanhol, francês e italiano, criticam abertamente as atitudes tomadas pelos comunistas portugueses e, em particular, sua aproximação com o MFA (Maxwell, 1999).

Sendo assim, muito embora o partido comunista não tivesse, ao menos neste momento da transição, um objetivo claro e definido de política externa, o tipo de regime político que defendia e pretendia ver instaurado em Portugal bem

como as táticas das quais lançava mão, sobretudo a partir do segundo ano da transição, informadas por sua orientação pró-soviética, implicavam no isolamento do país com relação à Europa ocidental e, principalmente, ao modelo de democracia adotado por seus países. De fato, as reservas feitas pelo partido, notadamente, por seu líder, Álvaro Cunhal, a respeito da realização, na data prevista, das eleições para a Assembleia Constituinte evidenciam que o futuro que os comunistas pretendiam para Portugal não incluía a implementação do modelo democrático praticado no resto da Europa ocidental (Harvey, 1978; Ferreira, 1994). Cunhal deixou claro o seu desprezo pelas eleições, acreditando que o povo português ainda não estava devidamente preparado para a sua realização e que a “democracia burguesa de tipo ocidental” não seria implantada no país (Harvey, 1978; Ferreira, 1994).

Vale ressaltar que a transição política portuguesa ocorreu dentro do contexto da guerra fria. Assim, ainda de acordo com Ferreira,

(...) o PCP foi o único partido comunista da Europa Ocidental após a criação da NATO e do Pacto de Varsóvia que, tendo se aproximado do poder em termos efectivos, se bem que transitórios, jamais abandonou a sua linha de fidelidade pública a Moscovo, contrariamente a outros partidos comunistas, nomeadamente o italiano e o francês, os quais, crescendo nos planos nacionais respectivos, foram introduzindo distâncias relativamente à ex-União Soviética (1994, p. 257).

Pode-se dizer, portanto, que as atitudes e orientação política do partido comunista português implicavam na rejeição da opção europeia da política externa portuguesa, principalmente no que se refere a uma futura adesão portuguesa a CEE, que implicava no compromisso de uma integração política e adoção do modelo democrático ocidental rejeitado pelo partido (McDonald, 1993).

Para alguns autores, os objetivos do PCP tanto no âmbito doméstico quanto no âmbito externo são informados por sua orientação soviética. Assim, ao aproximar-se do MFA, incentivar as ocupações de terras e nacionalizações e, com isto, dar início a um processo revolucionário em Portugal, o PCP tinha como objetivo não só tomar o poder em Portugal como garantir que o vazio deixado em África pela descolonização portuguesa garantisse à URSS o seu predomínio sobre a região, alargando sua zona de influência (Ferreira, 1994; Soares, 2001). Para

Soares, tomar o poder político na metrópole se possível e criar as condições necessárias para a penetração da URSS nas ex-colônias eram os objetivos claros do PCP (Soares, 2001).

O partido socialista, por sua vez, era uma das forças políticas com uma orientação clara com relação à política externa portuguesa que, ao contrário do que acontecia com o partido comunista, apontava em direção à Europa e, mais especificamente, à adesão do país à CEE (McDonald, 1993). O líder socialista, Mário Soares, era membro da Internacional Socialista e, durante seu exílio na França, estabeleceu ligações estreitas com membros e figuras importantes dos partidos social-democratas dos países da Europa Ocidental, entre eles o partido trabalhista britânico (Figueiredo, 1975; Harvey, 1978; Ferreira, 1994). Logo após a Revolução, em maio de 1974, antes mesmo de ser nomeado pelo então presidente do primeiro governo provisório, general Spínola, Ministro dos Negócios Estrangeiros do país, Soares viaja para vários países da Europa Ocidental a fim de obter o reconhecimento internacional da Revolução e conferir legitimidade ao novo regime que começava a ser construído (Ferreira, 1994; Soares, 2001).²³

Ao ser nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros do primeiro governo provisório, em maio de 1974, Soares tinha quatro objetivos primordiais ou, em suas palavras, “idéias -força”: 1) quebrar o isolamento internacional no qual país havia mergulhado através do estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países, sem restrições, sejam eles do Terceiro Mundo ou não alinhados. Também seriam restabelecidas as relações diplomáticas com a URSS e os países do bloco de Leste, e ainda com os países do Mundo Ocidental que não tinham relações diplomáticas com Portugal; 2) dar um fim às guerras coloniais e estabelecer a paz nas colônias; 3) instaurar no país uma “democracia pluralista de tipo ocidental”; e 4) promover a adesão de Portugal à Comunidade Econômica Européia como um “contrapeso político e econômico” à perda das colônias

²³ A Revolução é reconhecida rapidamente por alguns países. O primeiro a reconhecê-la é o Brasil, logo a 28 de abril de 1974, sendo seguido pela África do Sul, pelos EUA, pela República Federal da Alemanha, Espanha e Formosa (Telo, 1999). Durante sua viagem, em maio do mesmo ano, Soares recebe o reconhecimento por parte do governo britânico, holandês e dos governos social-democratas de todos os países da Escandinávia (Soares, 2001).

(Soares, 2001).²⁴ De fato, em contraposição ao partido comunista, o partido socialista defendia, desde o início da transição, uma política de aproximação da Europa ocidental (Teles, 2001).

Contudo, a necessidade de se resolver a questão colonial e o debate que se seguiu em torno da natureza da descolonização transformaram-se no principal problema nacional a ser resolvido neste primeiro momento da transição, ocupando a cena política portuguesa durante todo o ano de 1974. Mesmo após a queda do regime salazarista, Lisboa permanecia sendo a metrópole aprisionada pelas guerras coloniais e, antes de tudo, era preciso libertá-la. Assim, durante este período inicial da transição, a descolonização será o eixo central tanto da política interna quanto da política externa portuguesa (Ferreira, 1994; Telo, 1999).

Ao mesmo tempo, vale destacar que, durante a transição política portuguesa, vários fatores dificultaram a elaboração e institucionalização de uma política definida e coerente. Em primeiro lugar, de acordo com Telo (1999), as pressões para a promoção de um saneamento político do corpo diplomático provocaram a sua paralisação durante o período da transição. Da mesma forma, as divergências entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, e o general Spínola quanto à natureza e à condução do processo de descolonização dificultam a solução da questão africana e, conseqüentemente, a definição da política externa portuguesa com relação a outros assuntos relevantes, tendo em vista que o problema das colônias é a prioridade nas relações externas portuguesas neste momento.

Por outro lado, a crise que afeta todo o aparelho de Estado logo após o golpe de 25 de abril, a paralisação do corpo diplomático e o vácuo de poder que se segue dá origem, ainda de acordo com Telo (1999), à formação de poderes paralelos, com compromissos, interesses e prioridades distintas. Surgem, portanto,

²⁴ Mário Soares, então secretário-geral do Partido Socialista, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros pelo general Spínola, então presidente da Junta de Salvação Nacional, no dia 16 de maio de 1974, dia da tomada de posse do primeiro governo provisório (Soares, 2001). Ele continuará a ser Ministro dos Negócios Estrangeiros no segundo e no terceiro governo provisório (Telo, 2001).

(...) diplomacias paralelas com os fins mais díspares: umas têm preocupações nacionais e nesta fase centram-se no problema da solução das guerras de África; outras visam somente defender os interesses das instituições que as promovem e têm como principal objectivo a angariação de fundos de apoio para a sua consolidação e crescimento (Telo, 1999, p.282).

Desse modo, durante o período da transição, a política externa portuguesa passa ao largo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, desenvolvendo-se através dos relacionamentos entre os referidos poderes paralelos e suas bases de apoio ou contatos externos. Os partidos políticos merecem destaque entre estes poderes paralelos que surgem com a falência do aparelho de Estado que sucede ao golpe de 25 de abril. Conforme coloca Ferreira, tendo em vista que a Lei dos Partidos só é publicada em outubro de 1974, a ausência de qualquer requisito legal para a formação dos partidos políticos permite o surgimento “espontâneo” de dezenas de partidos logo no início da transição.²⁵ Da mesma forma, alguns partidos, notadamente os partidos socialista e comunista, participam da formação do primeiro governo provisório através de seus líderes recém-chegados do exílio, o que contribui para sua aceitação e notoriedade. Assim, a formalização dos partidos políticos se deu quase que automaticamente, sendo que estes se transformam rapidamente no “veículo privilegiado da evolução política”, constituindo uma das principais inovações ou criações institucionais do chamado período pré-constitucional (Ferreira, 1994).

Em que pese o surgimento de diversas instituições ou instrumentos de intervenção política por parte da sociedade, como os sindicatos, as comissões de moradores, os grupos de pressão e mesmo os movimentos populares, os partidos políticos revelam ser os instrumentos de representação e intervenção política mais apropriado ao mosaico de interesses muitas vezes contraditórios que emerge logo após a Revolução. De fato,

(...) só os partidos políticos se apresentavam com capacidade de gerir a diversidade dos interesses desencadeados, servindo ao mesmo tempo de “andaimes” na construção dos fatores de coesão da comunidade portuguesa (Ferreira, 1994, p.239).

²⁵ Os Decretos-Lei 594 e 595 de outubro de 1974, que definem os partidos políticos e regulam sua atividade só entraram em vigor em novembro de 1974 (Ferreira, 1994).

Dessa forma, a Lei dos Partidos, ainda de acordo com Ferreira, vem a consagrar a existência dos partidos políticos como os instrumentos por excelência não só da representação da vontade geral como da reconstrução do Estado português (Ferreira, 1994). Além disso, esta legitimidade “tácita” conferida aos partidos políticos logo no primeiro momento da transição faz com que estes se estabeleçam como os principais instrumentos das referidas “diplomacias paralelas”. Principalmente no que se refere aos países da Europa ocidental, preocupados com a consolidação de um regime democrático em Portugal, houve uma aproximação significativa através do estabelecimento de contatos ou “diplomacias”. Estes se deram fundamentalmente sob a forma de financiamentos e apoio político não só aos partidos como outras organizações políticas, como associações de agricultores e sindicatos (Telo, 1999).

O Partido Socialista, em especial, contava com estreitos laços internacionais, o que se deve em grande parte à atividade de Mário Soares no exílio, como sua participação na Internacional Socialista e sua aproximação a membros importantes de diversos governos da Europa ocidental (Teles, 2001).²⁶ Além disso, a nomeação e atuação de Mário Soares como Ministro dos Negócios Estrangeiros dos três primeiros governos provisórios veio a beneficiar em muito o partido socialista, que ganhou projeção interna e externa, afirmando-se como um dos principais veículos do processo de democratização (Soares, 2001; Telo, 1999). No plano externo, o partido aprofundou suas relações com os países da CEE, passando a contar com seu intenso apoio financeiro e político (Telo, 1999).

Principalmente a partir do segundo ano da transição, a nacionalização de importantes setores da economia portuguesa, as ocupações de terras no sul, a emergência de um movimento comunista aparentemente forte e a intensa mobilização popular fizeram com que Portugal se transformasse em uma grande preocupação para os países da Europa ocidental. Como coloca Maxwell, ‘O destaque de Portugal assentava na suposição de que o país se tornara um espelho

²⁶ Segundo Telo, “(...) os países da Europa ocidental não hesitaram em escolher o OS para parceiro privilegiado em Portugal e, com isso, deram um importante contributo para a afirmação interna de Mário Soares e do seu partido como centro civil do movimento de resistência (...)” (1999, p.304).

colocado em frente a Europa, num período muito embaraçoso, no qual esta se podia ver a si mesma” (1999, p. 155).

Ao mesmo tempo, segundo Telo, a transição portuguesa ocorre justamente no momento em que a CEE é fortalecida pelo ingresso da Inglaterra, um dos principais parceiros comerciais de Portugal, e pela adesão da Dinamarca e da Irlanda (Ferreira, 1994; Telo, 1999). Dessa forma, para o referido autor, o fortalecimento da CEE é a condicionante internacional de maior importância para Portugal, transformando-se em uma das influências externas mais significativas para a dinâmica da transição portuguesa (1999).

Tendo em vista a deterioração e fragilidade da economia portuguesa, a percepção estrangeira do que acontecia em Portugal adquiria uma relevância ímpar não somente para o país como para as organizações políticas que emergiam após a revolução, carentes de apoio financeiro e político que só poderiam vir do exterior (Maxwell, 1999). Em função disso, a atitude da CEE com relação a Portugal adquiriram uma enorme importância para diversos setores do país (Eisfeld, 1986).

Ao contrário dos americanos, que viam com suspeição qualquer partido ou movimento político que fizesse menção da palavra “socialista”, muitos governos europeus viam o Partido Socialista de Mário Soares com simpatia, o elegendo rapidamente como um “parceiro privilegiado” em Portugal. Alguns fatores contribuíram para esta postura com relação ao partido socialista. Em primeiro lugar, o tratado de comércio assinado entre Portugal e a CEE previa a criação de uma comissão que se reuniria a fim de fazer um balanço e promover o aprofundamento das relações comerciais entre as duas partes. Logo na primeira reunião da comissão após o golpe de 25 de abril, Mário Soares, então Ministro dos Negócios Estrangeiros e representante de Portugal na reunião, afirma o comprometimento do país com a construção de um novo regime político baseado nos princípios democráticos da CEE, o que esta impunha como um dos requisitos fundamentais para o aprofundamento de suas relações comerciais com aquele país bem como para qualquer tipo de ajuda financeira (Telo, 1999). Assim, diante dos acontecimentos desencadeados em Portugal durante a primeira metade de 1975, a

CEE declara que: “*The EC, because of its political and historical tradition, can grant support only to a pluralist democracy*” (in Einfeld, 1986, p.31). Outro fator importante para a postura da CEE diante dos acontecimentos em Portugal era o temor dos países da Europa ocidental com relação à possibilidade de que um regime comunista fosse instaurado em um dos países membros da OTAN, provocando a sua fragmentação (Einfeld, 1986).

Durante os meses críticos que se seguiram à saída de Spínola da cena política, trava-se uma luta entre os diversos grupos e forças políticas do país pela hegemonia política e, acima de tudo, pela natureza do novo regime político a ser construído em Portugal. Sendo assim, nesta fase da transição política portuguesa, a questão da natureza do novo regime político passa a ser o eixo das relações externas do país. Uma vez aberto o caminho para a descolonização, através da publicação da lei 7/74 de 27 de julho de 1974, que estabelece o reconhecimento formal do princípio da autodeterminação dos povos, este será o fio condutor das relações de Portugal com o exterior (Telo, 1999). Os principais atores políticos que procuravam dar forma ao novo regime do país não só contavam com o apoio financeiro externo como também se espelhavam nas experiências e modelos políticos vindos do exterior. Desse modo, enquanto os socialistas tinham como referência as “sociedades industrializadas avançadas da Europa ocidental”, os comunistas voltavam-se para a experiência da Europa do leste e os militares eram influenciados pelo seu contato com os movimentos nacionais de libertação na África (Maxwell, 1999, p.125).

Enquanto os comunistas, contrastando com sua postura ao início da transição, implementavam sua estratégia de tomada do poder, impondo a lei de unicidade sindical, em janeiro de 1975, dominando as autarquias locais, se manifestando contrariamente à realização das eleições e associando-se a grupos da extrema esquerda através da Frente de Unidade Revolucionária (FUR), o partido socialista procurava se afirmar e alargar sua base de apoio. Até o final de 1974, enquanto o partido comunista, tirando proveito de sua organização pré-existente ao 25 de abril, dominava o poder local e se implantava em todo o país, o partido socialista resumia-se, conforme coloca Ferreira (1994), à imagem de Mário Soares na televisão. Contudo, a vitória nas eleições para a Assembléia Constituinte

representou a grande virada na história do partido. Até então, o partido havia aceitado participar dos governos provisórios, apesar das medidas drásticas adotadas por estes principalmente a partir da tentativa de golpe do general Spínola, como a criação do Conselho da Revolução, a imposição da unicidade sindical, as nacionalizações e o pacto estabelecido entre o Conselho e os partidos políticos. Assim, ao eleger 116 dos 250 deputados para a Assembléia Constituinte o partido socialista sai fortalecido das eleições, assumindo uma posição de ‘partido-chave’ na elaboração da nova Constituição e na consolidação de um regime democrático no país (Ferreira, 1994).

A partir de então, trava-se uma intensa luta entre o partido socialista e a aliança entre o Conselho da Revolução e o Partido Comunista pela hegemonia política no país. Segundo Ferreira, as eleições para a Assembléia Constituinte constituem o marco inicial do “confronto entre a via revolucionária e a via eleitoral, protagonizado em termos políticos pelo PCP e seus aliados e pelo PS” (1994: 210). De um lado, o PCP e seus aliados da extrema esquerda, como a União Democrática Popular (UDP) e o Movimento Democrático Português (MDP/CDE), procuravam deslegitimar o papel e, acima de tudo, o resultado das eleições como expressão da vontade popular; de outro, assiste-se ao esforço do partido socialista para impor o resultado das eleições e o papel da Assembléia Constituinte como a base para a edificação de um regime democrático em Portugal (Ferreira, 1994).

O resultado das eleições, em especial, entravam em contradição com a configuração política do IV governo provisório presidido pelo general Vasco Gonçalves e implicavam em uma nova correlação de forças favorável ao partido socialista. Assim, a fim de fazer valer esta nova correlação de forças advinda do resultado eleitoral, em que foi o partido mais votado, o partido socialista promove, durante todo o mês de maio, intensas manifestações, mobilizando multidões e exigindo a reestruturação do IV Governo Provisório, condizente com a vontade popular expressa nas urnas (Ferreira, 1994). De acordo com Maxwell,

(...) os socialistas demonstraram uma capacidade de mobilização, mesmo de agitação nas ruas, muito maior do que a que os comunistas tinham previsto e Mário Soares revelou ser muito mais forte do que mesmo os seus amigos mais próximos pensavam (1999, p.170).

Enquanto a aliança entre os militares e os comunistas se desintegrava, em função da própria fragmentação dos militares em diversas facções com diferentes orientações políticas, foi-se formando uma sólida coligação “anticomunista” entre as forças da direita e os chamados moderados ao redor dos socialistas (Harvey, 1978; Maxwell, 1999). Ao mesmo tempo, na esfera militar, surge o chamado “Grupo dos Nove”, formado por membros importantes do MFA, que se opõe à facção formada, com o apoio do partido comunista, em torno do primeiro-ministro Vasco Gonçalves.²⁷ Em agosto, o referido grupo apresenta um manifesto ao presidente do quarto governo provisório, general Costa Gomes, propondo a implantação em Portugal de um regime político caracterizado como uma “terceira-via” entre o regime comunista característico dos países da Europa oriental bem e o modelo social-democrata implementado na maioria dos países da Europa ocidental. Tratava-se de um tipo de socialismo “inseparável da democracia política”, aberto à opinião pública (Ferreira, 1994, p.216). Além disso, o grupo acusava o governo por sua falta de credibilidade e por sua incapacidade para governar. Associado à revolta entre os camponeses do norte contra as expropriações de terra no sul do país levadas a cabo pelo Conselho da Revolução, o documento dos nove tornou definitivas as clivagens no seio do MFA (Harvey, 1978).

Para além do surgimento do Grupo dos Nove, da fragmentação dos militares, e da violenta reação dos pequenos proprietários do norte contra as expropriações de terras no sul, que incluía uma série de atentados contra as sedes do PCP na região, a crítica dirigida à atuação dos comunistas por parte de grupos de extrema-esquerda contribui para o isolamento político progressivo daquele

²⁷ O Grupo dos Nove contava com nove integrantes do Conselho da Revolução, do qual foram suspensos logo após a publicação de seu manifesto (Ferreira, 1994; Harvey, 1978). Segundo Maxwell, os membros deste grupo gozavam de ampla credibilidade em função de seu papel no derrube da ditadura (1999). Segundo Mário Soares (2001), o Grupo dos Nove é resultado das clivagens políticas surgidas durante o segundo ano da transição e, principalmente, a partir da segunda metade de 1975. Ainda de acordo com o referido autor, o grupo transformou-se no

partido. Com efeito, o partido comunista vê-se dividido entre dois extremos: de um lado os moderados reunidos em volta do Grupo dos Nove; de outro os grupos revolucionários de extrema esquerda associados ao major Otelo Saraiva de Carvalho, um dos líderes do golpe de 25 de abril (Ferreira, 1994).²⁸

Em julho de 1975, no auge da crise entre socialistas e comunistas, Mário Soares retira seu partido do quarto governo provisório, sendo seguido logo depois pelos ministros do Partido Popular Democrata (PPD). Ainda durante os meses de julho e agosto, o partido socialista apoiou grandes manifestações populares contra a nomeação de membros do partido comunista e simpatizantes do PCP para o quinto governo provisório (Ferreira, 1994; Maxwell, 1999). Em 29 de agosto de 1975, o então presidente do quinto governo provisório, Vasco Gonçalves, foi forçado a renunciar ao cargo e um sexto governo provisório foi formado, trazendo de volta os socialistas, os social-democratas e alguns membros do grupo inicial do Movimento das Forças Armadas, notadamente, integrantes do Grupo dos Nove. Tanto a CEE como os EUA garantiram rapidamente seu apoio ao sexto governo provisório, concedendo, em outubro de 1975, uma significativa ajuda financeira a Portugal a título de “auxílio de emergência” (Maxwell, 1999).

Porém, o país estava mergulhado no caos e a possibilidade de uma guerra civil ganhava contornos mais nítidos. Questionava-se a capacidade do sexto governo provisório de controlar a situação, garantindo seu funcionamento bem como os trabalhos da Assembléia Constituinte. A fragmentação das forças armadas, as clivagens entre os próprios grupos de extrema esquerda e o isolamento do partido comunista deram origem a um verdadeiro vácuo de poder no qual diversos grupos rivais procuravam se afirmar (Harvey, 1978; Maxwell, 1999). Na esfera civil, o país assiste a sucessivas manifestações, entre elas a dos trabalhadores de construção civil, que cercam o prédio da Assembléia Constituinte

interlocutor do partido socialista entre os militares, assumindo um papel fundamental para a consolidação democrática em Portugal (Mario Soares, 2001).

²⁸ Em oposição ao Grupo dos Nove e seu documento, o COPCON (Comando Operacional do Continente), sob o comando de Otelo de Carvalho, publica um documento em que faz uma “autocrítica revolucionária”, criticando não apenas o partido comunista como também outros partidos políticos. De acordo com Ferreira, “O documento aparece como uma base para o entendimento político entre Otelo Saraiva de Carvalho e grupos revolucionários da extrema-esquerda como o PRP/ BR e a UDP” (1994, p.216-217).

durante dois dias, a manifestação de agricultores que cercam as estradas de acesso a Lisboa, e a manifestação de deficientes das Forças Armadas, todas durante o mês de novembro de 1975 (Ferreira, 1994).

Foi somente após os acontecimentos de 25 de novembro que uma nova configuração política começou a tomar forma. Com a tentativa frustrada de tomada do poder pelos militares radicais e a vitória dos oficiais liderados por Ramalho Eanes, o Conselho da Revolução sofre uma recomposição que permite, poucos meses depois, o estabelecimento de um novo pacto entre este e os partidos políticos e, portanto, uma nova organização do poder político. Em 26 de fevereiro de 1975 é assinado o segundo pacto MFA-Partidos, que, entre outras mudanças significativas, introduz o voto direto para a eleição do presidente da República. Em que pese as limitações impostas ao presidente pelo Conselho da Revolução, o estabelecimento do voto direto, secreto e universal para a sua eleição implicaram na redução da influência militar na vida política portuguesa, reforçando a componente democrática do novo cenário político do país (Ferreira, 1994). Para Ferreira,

(...) no segundo pacto, a organização do poder político é deixada na substância aos partidos, garantindo a instituição militar a autonomia legislativa e administrativa através do Conselho da Revolução e do Conselho de Chefes de Estado-Maior (1994, p.219).

A partir de então, o partido socialista se prepara para as eleições para a Assembleia da República, a serem realizadas em abril de 1976. O lema da campanha do partido para as referidas eleições dizia “Europa con osco” (Ferreira, 1994). Assim como nas eleições para a Assembleia Constituinte realizadas exatamente um ano antes, o PS é o partido mais votado nas primeiras eleições para o parlamento do país, com 34,8% dos votos (Ferreira, 1994). De acordo com Mário Soares, o lema adotado para a campanha eleitoral do partido foi decisivo para sua vitória. Entre os fatores que contribuíram para o apelo do referido lema, está o fato de que, naquela época, mais de um milhão de emigrantes portugueses viviam e trabalham em diversos países da CEE, exercendo influência sobre suas famílias e amigos residentes em Portugal (Soares, 2001).

Com o resultado das eleições parlamentares, a nova correlação de poderes saída do contra-golpe de 25 de novembro era consolidada, e o partido socialista emergia como uma das principais forças políticas do país. Conforme decidido no II Congresso do partido realizado em janeiro de 1975, o PS decidiu adotar uma estratégia de “um governo só”, formando um governo minoritário assente na maioria socialista da Assembléia da República e sob a chefia de Mário Soares, descartando assim a formação de alianças com outros partidos. Segundo Ferreira, o objetivo principal do partido socialista neste momento era o de excluir o partido comunista do governo pela via política sem, entretanto, estabelecer qualquer compromisso com as forças políticas de direita, que haviam saído relativamente fortalecidas do processo revolucionário (Ferreira, 1994). Ao mesmo tempo, apesar de a direita portuguesa ter apoiado o partido socialista na ofensiva anticomunista durante o período crítico da transição, especificamente, durante o chamado verão quente, era provável que, uma vez derrotado o inimigo, muitos daqueles que uniram-se ao PS naquele momento retomassem seus objetivos e orientações tradicionais (Maxwell, 1999). Dessa forma, ao constituir um governo minoritário, o partido socialista procura afirmar-se como o partido hegemônico do I Governo Constitucional, transformando-se no centro do poder neste momento inicial de constituição de um novo sistema político (Ferreira, 1994).

Ao ser nomeado primeiro ministro do país pelo recém eleito Presidente da República, Ramalho Eanes, o líder do partido socialista, Mário Soares, dá início ao processo de negociações para a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), considerada como uma de suas prioridades ou, em suas palavras, uma de suas “idéias-força” (2001, p.63). Para o então primeiro ministro, o significado político da CEE para Portugal superava em muito as considerações económicas acerca da adesão portuguesa ao referido organismo internacional. Segundo Soares,

Se não temos requerido a adesão à CEE, teria sido mais difícil assegurar o processo de consolidação democrática, libertamo-nos da tutela militar do Conselho da Revolução e instituir um verdadeiro Estado de Direito pluralista e pluripartidário (2001, p.77).

Assim, se por um lado, o regime salazarista, na década de sessenta, decidiu pela adesão à AECL em função da ausência de uma condição ou comprometimento político em favor da democracia; por outro lado, foi justamente o requisito ou condicionamento político inserido no preâmbulo do Tratado de Roma, fundador da CEE, uma das determinantes para a futura adesão portuguesa. Para o referido autor, a CEE constituía uma verdadeira garantia do caminho para a consolidação democrática.

Da mesma forma, para Ferreira (1994), a lógica da adesão portuguesa à CEE ou, mais especificamente, a opção europeia, transcende as motivações e considerações de cunho econômico para assumir um significado maior, constituindo uma referência da posição portuguesa no mundo. De fato, a Europa parecia ser o contraponto para a nova identidade portuguesa desfalcada da sua vocação imperial. Sendo assim, ainda de acordo com o referido autor, o ‘Portugal europeu’ passou a ser o centro das atenções da antiga metrópole a partir da celebração dos acordos de Alvor, em janeiro de 1975, que marcavam a data da independência de Angola, a última colônia portuguesa ou resquício do império, para 11 de novembro do mesmo ano. Ainda que as políticas econômicas do novo regime saído do 25 de abril tivessem a Europa como um de seus objetivos, a plena integração à CEE era fruto de um caloroso debate entre diversos setores da sociedade portuguesa. Ao passo que o partido comunista refutava a CEE e a Europa ocidental como um baluarte do sistema capitalista, alguns setores da sociedade abraçavam uma perspectiva pessimista com relação à integração, alimentada por argumentos que sustentavam que a economia portuguesa não tinha condições de concorrer com as demais economias da CEE (Ferreira, 1994).

Foi somente com a tomada de posse do I Governo Constitucional que as propostas e teses antieuropeias (sejam aquelas advindas das antigas elites do regime salazarista ou daqueles grupos que emergiram durante o processo revolucionário) foram superadas e a opção europeia pode finalmente ser concretizada, a partir de uma decisão tomada pelos chamados partidos moderados (o PS, o Partido Social Democrata e o Partido do Centro Democrático Social). No parlamento, esta é refutada apenas pelo partido comunista e pela extrema esquerda. Durante os meses de fevereiro e março de 1977, Mário Soares viaja às

capitais dos Estados-membros da CEE num esforço diplomático que precedeu o pedido de adesão. No dia 28 de março deste mesmo ano Portugal apresenta seu pedido de adesão, que foi aceito apenas em 1985 após oito anos de negociações. Portugal assina do Tratado de Adesão em junho de 1985, vindo a integrar a CEE em 1986 (Ferreira, 1994). Coincidentemente, coube a Mário Soares, então primeiro ministro do IX Governo Constitucional, assinar o Tratado de Adesão.